



## CÂMARA MUNICIPAL DE JUNDIAÍ

ESTADO DE SÃO PAULO

Identificação da Norma

**LEI N° 1594/1969**

Ementa

**AUTORIZA CONCESSÃO DO DIREITO REAL DE USO DE DEPENDÊNCIAS DO PARQUE MUNICIPAL COMENDADOR ANTONIO CARBONARI, PARA EXPLORAÇÃO DE RESTAURANTE-BOATE.**

Data da Norma

**26/06/1969**

Data de Publicação

**27/06/1969**

Veículo de Publicação

**Diário de Jundiaí**

Matéria Legislativa

**[Projeto de Lei n° 2286/1969](#) - Autoria: Benedito Elias de Almeida**

Status de Vigência

**Revogada**

Observações

**CULTURA, ESPORTE E LAZER - próprios públicos**

**BENS IMÓVEIS - uso - concessão do direito real**

**Regulamento: Decreto 1.812, de 09/07/1969, Diário de Jundiaí 13/07/1969 (revogado pelo Decreto 3.874/76).**

**Autor: BENEDITO ELIAS DE ALMEIDA**

Histórico de Alterações

Data da Norma

23/04/1976

Norma Relacionada

**[Lei n° 2164/1976](#)**

Efeito da Norma Relacionada

Revogada por

## PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE JUNDIAÍ



- LEI Nº 1.594, DE 26 DE JUNHO DE 1.969 -

O PREFEITO MUNICIPAL DE JUNDIAÍ, de acordo com o que decretou a Câmara Municipal em sessão - realizada no dia 25/6/1.969, PROMULGA a seguinte lei: - - - - -

Art. 1º - Fica o chefe do Executivo autorizado a outorgar, a quem de direito, mediante remuneração, após a necessária concorrência pública, o direito real de concessão de uso das dependências do Parque Municipal "Comendador Antônio Carbonari", destinadas a "Restaurante e Bate", sem prejuízo de sua destinação originária.

Parágrafo único - O prazo de concessão será de quatro (4) anos.

Art. 2º - Do contrato, a que se refere o artigo anterior, constará a cláusula penal de 10% (dez por cento) sobre o respectivo valor, a ser suportada pela parte que infringir quaisquer de suas disposições.

Parágrafo único - No mesmo contrato, o concessionário deverá obrigar-se a manter, constantemente, no exercício de suas atividades, pela higiene, segurança e moralidade do local objeto da concessão, sob pena de cometimento de falta contratual grave, sujeita a revogação unilateral do contrato e ainda ao pagamento dos danos resultantes da infração.

Art. 3º - A presente lei será regulamentada pelo chefe do Executivo, no prazo de 60 (sessenta) dias, contados de sua publicação.

Art. 4º - A receita auferida pelo Município, nos termos desta lei, será integralmente destinada à Comissão de Turismo do Município de Jundiaí, para cobertura de suas despesas, desde que previamente autorizadas pelo Prefeito Municipal.

Art. 5º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º - Revogam-se as disposições em contrário.

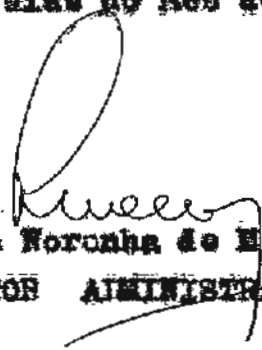
(Walnor Barbosa Martins)  
- PREFEITO MUNICIPAL -

## PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE JUNDIAÍ



fls. 2

Publicada na Diretoria Administrativa da Prefeitura do Município de Jundiaí, aos vinte e seis dias do mês de junho de mil novecentos e sessenta e nove.

  
( Rubens Noronha de Mello )  
DIRETOR ADMINISTRATIVO